

Parlamentares sem reajuste

Numa decisão inédita e unânime, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, em votações separadas, aprovaram ontem projeto de resolução que beneficia apenas os servidores do Poder Legislativo com um reajuste de 37,88 por cento, nos meses de maio e junho. Esse percentual corresponde à média do que foi concedido pela Medida Provisória 296 (concedia reajustes diferenciados para os servidores públicos civis e militares), derrubada em plenário na quarta-feira. Mas os deputados e senadores não receberão nada, conforme ficou acertado entre os líderes, porque entendem que apesar de ser um direito legal, ficariam muito mal diante da opinião pública se optassem por estender a eles também o benefício.

Os proventos dos parlamentares só serão corrigidos em agosto, quando haverá reajuste linear para os funcionários

do Executivo. A decisão de ontem abrange os servidores da Câmara, do Senado e do Tribunal de Contas da União, que é órgão do Poder Legislativo. O líder do PT, deputado José Genoíno (SP), revelou que, apesar de algumas queixas registradas nos bastidores do Congresso, os parlamentares acabaram concordando que se fossem contemplados por esse reajuste, estariam fornecendo argumentos aos colegas governistas para muitas críticas e acusações.

Também ontem, o Senado aprovou por unanimidade o Decreto Legislativo que regula os efeitos jurídicos da MP 296, rejeitada pelo Congresso. Os servidores civis e militares não precisarão devolver nada do que foi recebido nos meses de maio e junho, quando esteve em vigor a 296. Este decreto foi aprovado pela Câmara quinta-feira.